



USP ESALQ – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Veículo: A Tribuna Piracicabana

Data: 18/05/2011

Link: <http://www.tribunatp.com.br/modules/news/>

Caderno / Página:

Assunto: Professores clareiam debate sobre novo Código Florestal

Professores clareiam debate sobre novo Código Florestal

“O que está em jogo é um paradigma de desenvolvimento”, diz Virgílio Viana, ex-professor da ESALQ

Erich Vallim Vicente

Nunca é saudável quando discussões, sejam elas em qualquer âmbito, tomam direções que as levam para afogadilhos. Nada, quando precisa ser entendido, deve ser feito na tentativa de retirar o convencimento à vista, ou “em tempo real”, como se costuma dizer. Não é à toa que o processo jurídico para se obter Justiça, embora criticado por certa morosidade, precisa seguir um compasso que, no tempo, dilui os sentimentos em pensamentos mais amplos e racionalizados. Desta forma, o Congresso Nacional precisa saber acompanhar esta toada, e não cair no perigo da pressão feita a partir de “urgências de última hora”.

A importância que tomou a votação do novo Código Florestal apresenta um pouco desta característica, de alçar tema de primeira importância, sem ao certo dar espaço e tempo para entender todas as suas dimensões e consequências, que, no caso de definições legais sobre Áreas de Proteção Permanente (PPP), podem significar prejuízos incalculáveis para a sustentabilidade de uma das agriculturas, a brasileira, considerada mais abrangente e versátil reconhecida em todo mundo. Por essas e outras, a posição do governo em adiar a votação do novo Código Florestal calha com uma necessidade de entendimento maior sobre o tema.

Neste último domingo, o jornal O Estado de S. Paulo trouxe, em seu caderno semanal “Aliás”, dois textos que dão uma dimensão mais concreta do que está em debate no Congresso Nacional. Assinada pelo jornalista Ivan Marsigla, a entrevista “A cor do dinheiro”, com Virgílio Viana, engenheiro florestal e ex-professor da ESALQ, apresenta o assunto em contornos mais complexos e, por isso mesmo, em alguns dilemas que não podem ser abafados pela pressa em votar o novo código baseado em conceitos antiquados sobre a defesa do meio ambiente.

“O que está em jogo é um paradigma de desenvolvimento. É a oportunidade de se repensar uma história equivocada de desenvolvimento, à luz de uma visão contemporânea”, explica Viana, ao ilustrar o dilema com o conceito de “mato”, que, ele afirma, “para o brasileiro, floresta e mato são a mesma coisa: algo sujo e indesejável”. Viana cita, ainda, que, com base neste conceito, o Incra reconhece a posse de terra de quem desmata ou o Banco do Brasil dá crédito a quem derruba a floresta e a substitui por lavoura, o que é considerada uma “coisa útil”.

O pesquisador, formado na ESALQ, entende que há um falso dilema entre agricultura e ambientalismo, e lembra, ainda, que o produtor rural depende da água da sua nascente. “Sem ela, não consegue irrigar a terra ou dar de beber ao gado”, salienta. Para aproveitar, então, este momento de debate do novo Código Florestal, Viana sugere que entre na pauta o debate sobre mecanismos para transformar a defesa do meio ambiente em algo rentável. “A floresta deve ser pensada como provedora de serviços”, atesta ele, PHD pela Universidade Harvard e superintendente da Fundação Amazonas Sustentável (FAS).

Outro texto, este assinado por Thomas Lewinsohn – “A revanche da tiririca” –, aponta que “o novo código está sendo concluído com o frenesi de carro alegórico que precisa entrar no sambódromo”. Ele chama de “fantasiosa” a crise de produção de alimentos alegada pela bancada ruralista no Congresso Nacional para justificar a flexibilização das APPs. Lewinsohn reclama, também, da pouca representatividade na consultoria do texto do novo Código Florestal.

“Os poucos cientistas que chegaram a ser ouvidos ou lidos foram cuidadosamente pré-selecionados pelo que teriam a dizer”, aponta o doutor em Ciências, professor titular de Ecologia da Unicamp e presidente da Associação Brasileira de Ciência Ecológica e Conservação. Entre suas propostas a serem incluídas no novo código, está a de que há no Brasil ampla margem para reordenar pastagens com maior aptidão agrícola para o cultivo e incorporar tecnologias para aumentar a eficiência da pecuária. “Com isso, é viável incrementar a produção brasileira sem avançar sobre as paisagens naturais remanescentes nas propriedades rurais”, aponta o professor.

Como se vê, a dimensão da discussão no Congresso Nacional vai muito além do simplismo da “falta de alimentos”, ou da viabilidade financeira de “pequenos produtores”, como salientam, constantemente, os defensores da votação “urgente” do novo texto. Como defende Thomas Lewinsohn, “é difícil, mas não impossível, que até 2014 o Brasil ainda consiga produzir uma boa Copa. Parece igualmente difícil, mas é muito mais importante, dar-se um tempo igual para produzir o novo Código Florestal para o Brasil”. Tempo, senhores deputados.

ALCKMIN I

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), manifestou ontem apoio à decisão do governo federal de adotar licenças não automáticas para importações de veículos. De acordo com ele, trata-se de medida útil num momento em que o setor enfrenta forte competição internacional. “É uma medida que, neste momento, é importante”, disse, após evento de comemoração dos 10 anos de operação da fábrica de caminhões da Ford em São Bernardo.

ALCKMIN II

O governador avaliou que a iniciativa não é uma imposição de barreiras às importações, mas sim de regras para as relações comerciais. “Eu não diria que são barreiras, são regras, e acho que é importante ter regras no comércio internacional e nas relações comerciais”. Alckmin ressaltou que o Brasil deve estar sempre atento à questão da competitividade. “Nós precisamos estar atentos à questão da competitividade, pois esse é um processo muito dinâmico...”